ESTADO de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Galvao

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

3º Quadrimestre/2021

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (70%)
* Despesas com Pessoal
* Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2017 | 14.180.709,19 |
| 2018 | 16.181.908,50 |
| 2019 | 18.285.006,12 |
| 2020 | 20.355.539,34 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2021 |
| Receita Orçamentária | 24.219.398,18 |
| Média Mensal | 2.018.283,18 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2017 | 12.934.949,59 | 12.880.850,81 |
| 2018 | 15.374.761,70 | 14.798.259,55 |
| 2019 | 17.279.629,35 | 16.751.193,78 |
| 2020 | 20.866.648,25 | 18.757.167,72 |

|  |
| --- |
| Despesa até 3º Quadrimestre/2021 |
| Despesa Orçamentária | 20.181.591,93 | 19.877.263,49 |
| Média Mensal | 1.681.799,33 | 1.656.438,62 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2017 | 15.952.169,68 |
| 2018 | 15.832.738,50 |
| 2019 | 17.583.309,50 |
| 2020 | 18.720.166,97 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 3º Quadrimestre/2021 |
| Receita Corrente Líquida | 21.756.388,91 |
| Média Mensal | 1.813.032,41 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **21.756.388,91**  |
| Receita Tributária | 1.305.637,80 |
| Receita de Contribuições | 191.160,83 |
| Receita Patrimonial | 279.469,77 |
| Receita Agropecuária | 30.174,08 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 166.975,13 |
| Transferências Correntes | 23.047.418,31 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -3.310.957,72 |
| Outras Receitas Correntes | 46.510,71 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **2.463.009,27**  |
| Operações de Crédito | 868.669,27 |
| Alienação de Bens | 127.800,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 1.466.540,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **24.219.398,18**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Órgão de Governo**  |
| 0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 813.129,11 |
| 0202 - GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO | 351.093,97 |
| 0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO | 1.716.495,57 |
| 0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 4.990.100,78 |
| 0205 - SECRET. MUN. DESENV. SOCIAL, CULTURA E ESPORTES | 731.799,96 |
| 0206 - SEC. MUN. DESENV. RURAL, AGRICULT E MEIO AMBIENTE | 1.400.522,16 |
| 0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | 3.037.190,91 |
| 0208 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 |
| 0209 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 825.278,89 |
| 0310 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE | 5.508.767,35 |
| 0711 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 502.884,79 |
| **Total (IV)**  | **19.877.263,49**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 0,00  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **4.342.134,69**  |
| Restos a Pagar Não Processados (VIII) | **304.328,44**  |
| **Superávit (VII) = (V + VI - VIII)**  | **4.037.806,25**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **17.472.000,00**  | **21.756.388,91**  | **4.284.388,91**  |
| Receita Tributária | 589.381,25 | 1.305.637,80 | 716.256,55 |
| Receita de Contribuições | 176.400,00 | 191.160,83 | 14.760,83 |
| Receita Patrimonial | 124.174,25 | 279.469,77 | 155.295,52 |
| Receita Agropecuária | 23.307,50 | 30.174,08 | 6.866,58 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 87.858,75 | 166.975,13 | 79.116,38 |
| Transferências Correntes | 16.390.752,75 | 23.047.418,31 | 6.656.665,56 |
| (-) Deduções das Trasnrências Correntes | 0,00 | -3.310.957,72 | -3.310.957,72 |
| Outras Receitas Correntes | 80.125,50 | 46.510,71 | -33.614,79 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **28.000,00**  | **2.463.009,27**  | **2.435.009,27**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 868.669,27 | 868.669,27 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 127.800,00 | 127.800,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 28.000,00 | 1.466.540,00 | 1.438.540,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **17.500.000,00**  | **24.219.398,18**  | **6.719.398,18**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (I)**  | **16.583.936,50**  | **17.513.044,26**  | **-929.107,76**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 8.949.208,69 | 9.399.898,95 | -450.690,26 |
| Juros e Amortização da Dívida | 201.000,00 | 57.528,47 | 143.471,53 |
| Outras Despesas Correntes | 7.433.727,81 | 8.055.616,84 | -621.889,03 |
| **Despesas de Capital (II)**  | **904.063,50**  | **2.364.219,23**  | **-1.460.155,73**  |
| Investimentos | 622.063,50 | 1.824.810,79 | -1.202.747,29 |
| Inversões Financeiras | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 281.000,00 | 539.408,44 | -258.408,44 |
| **Reserva de contingência (III)**  | **0,00**  | **0,00**  | **0,00**  |
| Reserva de contingência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (IV) = (I+II+III)**  | **17.488.000,00**  | **19.877.263,49**  | **-2.389.263,49**  |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **17.523.393,95**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **5.552.480,31**  |
| **Deduções (III)**  | **2.584.797,79**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **2.967.682,52**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **2.628.509,09**  |
| **Aplicado à maior**  | **339.173,43**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **16,94**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **18.304.654,28**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **4.917.637,40**  |
| **Deduções (III)**  | **686.466,85**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-646.156,89**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **4.793.947,80**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **4.576.163,57**  |
| **Aplicado à Maior**  | **217.784,23**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **26,19**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EC 108/2020, Lei N°14.113

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **2.674.716,50**  |
| **Despesas (II)**  | **1.969.727,91**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **1.872.301,62**  |
| **Aplicado à Maior**  | **97.426,28**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **73,64**  |

APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EC 108/2020, Lei N°14.113

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **21.382.601,99**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **8.799.931,79**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **10.969.274,82**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **11.546.605,07**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **41,15**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **21.382.601,99**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **568.662,86**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **1.218.808,31**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **1.282.956,12**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **2,66**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **21.382.601,99**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **9.368.594,65**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **12.188.083,13**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **12.829.561,19**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **43,81**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE
INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar n° 101/2000, Art. 9°, § 4°

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE GALVÃO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2001 - Manut. das Atividades Legislativas |
|  | 425.000,00 | 75.220,00 | 67.390,00 | 430.962,23 | 1.867,77 |
| 2002 - Subsídio dos Vereadores |
|  | 390.000,00 | 0,00 | 7.830,00 | 382.166,88 | 3,12 |
| **Total da Unidade** | **815.000,00**  | **75.220,00**  | **75.220,00**  | **813.129,11**  | **1.870,89**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 02 - MUNICÍPIO DE GALVÃO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2003 - Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito |
|  | 418.000,00 | 0,00 | 0,00 | 351.093,97 | 66.906,03 |
| 2004 - Manut. das Atividades Administrativas |
|  | 1.530.300,00 | 447.324,18 | 50.000,00 | 1.716.495,57 | 211.128,61 |
| 2005 - Manut. da Merenda Escolar |
|  | 184.551,25 | 104.677,65 | 0,00 | 279.440,82 | 9.788,08 |
| 2006 - Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental |
|  | 3.241.435,25 | 1.244.207,46 | 300.000,00 | 3.641.405,20 | 544.237,51 |
| 2007 - Apoio ao Ensino Superior |
|  | 44.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 44.000,00 |
| 2008 - Apoio a Educação Especial |
|  | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 |
| 2009 - Manut. da Educação Infantil - Creches |
|  | 591.000,00 | 43.533,00 | 0,00 | 596.442,22 | 38.090,78 |
| 2010 - Manut. da Educação Infantil - Pré-Escolar |
|  | 655.000,00 | 49.185,64 | 3.200,00 | 655.176,98 | 45.808,66 |
| 2011 - Manut. das Ativ. Desenv. Social, Cultura e Esportes |
|  | 454.000,00 | 56.000,00 | 14.000,00 | 478.489,42 | 17.510,58 |
| 2012 - Manut. das Atividades Culturais |
|  | 385.000,00 | 38.451,57 | 0,00 | 101.094,90 | 322.356,67 |
| 2013 - Manut. das Atividades Esportivas |
|  | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.015,66 | 57.984,34 |
| 2014 - Manut. das Atividades do FIA |
|  | 32.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.200,00 | 18.800,00 |
| 2015 - Manut. Funcional da Agricultura |
|  | 380.000,00 | 190.603,20 | 0,00 | 534.400,12 | 36.203,08 |
| 2016 - Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental |
|  | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 2017 - Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor |
|  | 505.000,00 | 380.000,00 | 0,00 | 855.665,83 | 29.334,17 |
| 2018 - Manut. das Ativ. de Infraestrutura |
|  | 1.816.741,25 | 789.728,66 | 265.000,00 | 2.199.098,73 | 142.371,18 |
| 2019 - Manut. Convenios com a Secretaria de Segurança Pública |
|  | 54.653,75 | 15.380,68 | 0,00 | 13.683,20 | 56.351,23 |
| 2020 - Manut. do Fundo de Defesa Civil |
|  | 11.000,00 | 54.500,00 | 4.500,00 | 54.404,95 | 6.595,05 |
| 2021 - Manut. dos Serviços de Utilidade Pública |
|  | 337.502,50 | 60.415,57 | 0,00 | 362.601,22 | 35.316,85 |
| 2022 - Amortização da Divida e Encargos Municipais |
|  | 696.000,00 | 290.000,00 | 0,00 | 825.278,89 | 160.721,11 |
| 2023 - Amortização de Precatórios |
|  | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000,00 |
| 2039 - Resera de Cotingência |
|  | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| **Total da Unidade** | **11.705.554,50**  | **5.463.423,64**  | **636.700,00**  | **13.313.097,72**  | **3.219.180,42**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE GALVÃO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2024 - Manut. das Atividades da Saúde |
|  | 3.149.409,00 | 1.423.062,89 | 176.162,50 | 3.516.855,66 | 879.453,73 |
| 2026 - Manut. Bloco de Atenção Básica Variável |
|  | 924.402,75 | 1.527.757,20 | 759.585,03 | 1.542.847,85 | 149.727,07 |
| 2027 - Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ. |
|  | 280.000,00 | 0,00 | 0,00 | 255.815,80 | 24.184,20 |
| 2028 - Manut. Bloco de Vigilância em Saúde |
|  | 41.000,00 | 0,00 | 0,00 | 22.482,45 | 18.517,55 |
| 2029 - Manut. Bloco Assistência Farmacêutica |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 14.418,55 | 5.581,45 |
| 2030 - Manut. Bloco Gestão do SUS |
|  | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 2031 - Manut. dos Programas do SUS - Estado |
|  | 96.468,75 | 0,00 | 0,00 | 17.460,00 | 79.008,75 |
| **Total da Unidade** | **4.590.280,50**  | **3.070.820,09**  | **935.747,53**  | **5.552.480,31**  | **1.172.872,75**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 07 - FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL GALVÃO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2032 - Manut do Fundo M. de Assistência Social |
|  | 258.916,00 | 105.697,29 | 0,00 | 302.107,66 | 62.505,63 |
| 2033 - Manut. Bloco PSEMC - FNAS |
|  | 6.835,50 | 723,62 | 0,00 | 2.194,49 | 5.364,63 |
| 2034 - Manut. Bloco PSB - FNAS |
|  | 61.102,50 | 177.327,21 | 16.404,91 | 187.802,55 | 34.222,25 |
| 2035 - Manut. Bloco GBF - FNAS |
|  | 20.065,50 | 3.588,71 | 0,00 | 6.070,33 | 17.583,88 |
| 2036 - Manut. Bloco GSUAS - FNAS |
|  | 9.040,50 | 2.833,11 | 0,00 | 2.894,76 | 8.978,85 |
| 2037 - Manut. dos Programas Sociais - Estado |
|  | 33.205,00 | 136.205,66 | 0,00 | 1.815,00 | 167.595,66 |
| **Total da Unidade** | **389.165,00**  | **426.375,60**  | **16.404,91**  | **502.884,79**  | **296.250,90**  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral**  | **17.500.000,00**  | **9.035.839,33**  | **1.664.072,44**  | **20.181.591,93**  | **4.690.174,96**  |